

PARTICIPAÇÃO

Termina hoje processo de votação da Consulta Popular

Mais de 200 mil pessoas participaram nos dois primeiros dias

Marcus Meneghetti

marcus@jornaldocomercio.com.br

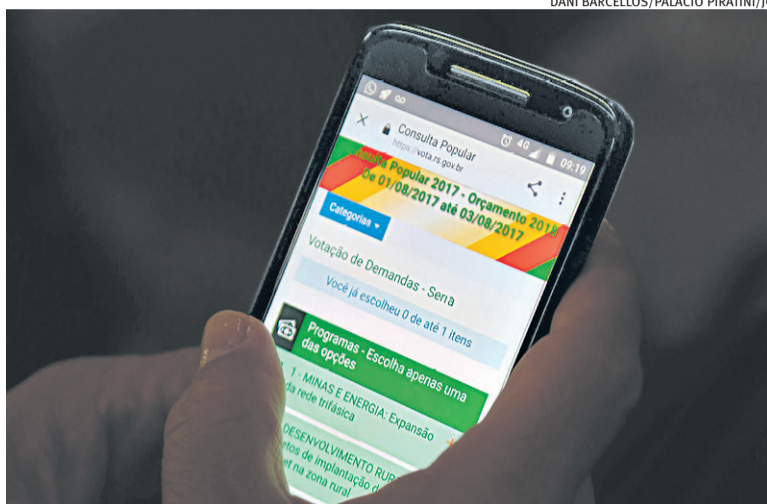
Hoje é o terceiro e último dia para a população escolher os projetos que serão contemplados pelos R\$ 60 milhões destinados à Consulta Popular 2017-2018. Mais de 200 mil pessoas já participaram do processo. A votação acontece apenas pela internet, através de smartphones ou computadores, mediante apresentação do número do título de eleitor.

Depois de um apelo dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), o orçamento destinado à participação popular recebeu um acréscimo de R\$ 10 milhões em relação a 2016.

Desde o início do governo José Ivo Sartori (PMDB), o valor destinado à consulta não ultrapassou o patamar deste ano. O presidente do Fórum dos Coredes, Paulo Fernandes, avalia que o valor ainda é insuficiente.

“Pelo menos, não temos passivos desde 2015. Isso nos dá credibilidade para mobilizar as comunidades. As pessoas sabem que é pouco, mas sabem que vai ser executado”, comentou Fernandes. O passivo acumulado entre 2007 e 2014 é de mais de R\$ 400 milhões.

Cada um dos 28 Coredes tem direito a R\$ 1 milhão da Consul-



DANI BARCELLOS/PALÁCIO PIRATINI/JC

Desde o ano passado, pleito recebe votos apenas por aplicativo ou site

ta. A distribuição dos demais R\$ 32 milhões acontece através de um cálculo desenvolvido pela Fundação de Economia e Estatística do Estado (FEE), que leva em conta cinco critérios: população, participação na consulta do ano anterior, Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), PIB (Produto Interno Bruto) e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Conforme o coordenador da Consulta Popular, José Oltramari, a fórmula “destina mais recursos para as regiões menos desenvolvidas, tentando reduzir a desigualdade entre as regiões do Coredes ao longo do tempo”.

Entretanto, desde o ano passado, para receber os recursos

da participação popular, cada município dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) tem que ter um número mínimo de votos na consulta. O piso varia de 6% do eleitorado das cidades com menos de 10 mil habitantes até 1,5% dos eleitores das cidades com mais de 120 mil residentes.

As opções que constam nas cédulas digitais de votação respeitam dois requisitos: devem ter sido elencadas no planejamento estratégico de cada Coredes (formulado durante as assembleias que antecedem a votação) e estar entre as prioridades do governo, conforme previsto no Plano Plurianual (PPA) de Gestão.

Edgar Lisboa

Repórter Brasília



edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Empurra-empurra

LULA MARQUES/AG. PT/FOTOS PÚBLICAS/JC



Empurra-empurra, bate-boca, ofensas e até a queda do deputado federal gaúcho Bohn Gass (PT) na sessão da tarde desta quarta-feira, antes da votação da denúncia contra o presidente Michel Temer (PMDB), na Câmara dos Deputados. Em meio a um tumulto quase generalizado, no plenário, o deputado federal gaúcho Paulo Pimenta (PT) começou a falar e foi interrompido aos gritos, com palavras ofensivas, pelo deputado tatuado Wladimir Costa (SD-PA), que levou um pixuleco à sessão. Em vários pontos do plenário, embates, empurrões e gritos entre aliados e oposição. Darcísio Perondi (PMDB, à esquerda na foto) tenta segurar os colegas que partiram para as vias de fato. Pela manhã, falou o relator do parecer, Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), e a defesa do presidente, Antônio Cláudio Mariz de Oliveira. Nos acessos à Câmara, brigas e ameaças entre jornalistas, seguranças, políticos e assessores. “Hoje, nem o Papa entra aqui se não tiver holograma”, avisou a segurança. No salão verde, circulando jornalistas da China, Portugal, Espanha, Reino Unido, Estados Unidos, entre outros. Certamente, o mundo tomará conhecimento das gentilezas entre os parlamentares, durante a sessão de ontem.

Falta tapete, diz Pompeo

Ainda pela manhã, entre os primeiros inscritos para falar estava o deputado federal gaúcho Pompeo de Mattos (PDT), vestido a caráter, com lenço vermelho. Ele defendeu que a Câmara dos Deputados deveria chamar para si a responsabilidade das decisões, “e não ser escudo de Michel Temer”. Ele disse que “o presidente está usando todo o poder “para coagir deputados, para comprar deputados e esconder os problemas embaixo do tapete. Mas não tem tanto tapete para tanta denúncia”. O deputado federal gaúcho Mauro Pereira (PMDB) contestou Pompeo de Mattos e disse que “o deputado tem que votar, e não ficar só no discurso”. O deputado federal gaúcho Afonso Motta (PDT) citou Leonel Brizola e lembrou que existem outros “interesses” no esforço de manter o presidente no poder.

Reforma política

O deputado Afonso Motta disse ao Repórter Brasília que há necessidade de uma reforma política logo para mudar o sistema eleitoral, “o sistema de voto, como eu digo”. Motta lembra que 60 dias é o prazo que ainda permanece para estimular uma reforma que possa mudar o sistema eleitoral e o financiamento de campanha. Ele argumenta que “não é crível que se possa realizar uma eleição para governador, para senador e para presidente pelo menos, para não falar nas eleições proporcionais, sem financiamento, sem recursos”.

Destaque em austeridade

O senador gaúcho Lasier Martins (PSD) conta com 19 servidores em seu gabinete de Brasília e no escritório de apoio parlamentar em Porto Alegre, entre comissionados, efetivos e terceirizados. O número é o menor da bancada gaúcha no Senado e o segundo menor geral da Casa, perdendo apenas para o senador do Distrito Federal Reguffe (sem partido), com apenas 10 funcionários. Os dados foram levantados pela ONG Contas Abertas.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

LDO da Capital é apresentada ao Conselho do OP

A prévia do projeto da prefeitura de Porto Alegre que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2018 foi aprovada pelos membros do Conselho do Orçamento Participativo (COP) em reunião na noite de terça-feira. Dentre os pontos previstos, o projeto da LDO estabelece diretrizes gerais e específicas para a elaboração do orçamento.

Para o próximo ano, a receita total do município, assim como a despesa, poderá atingir R\$ 7,314 bilhões, valor que poderá ainda sofrer alterações até a entrega do projeto de lei à Câmara Municipal. A estimativa de

receita tributária deverá ser de R\$ 2,169 bilhões, enquanto que a receita de transferências projetada é de R\$ 2,718 bilhões.

As operações de crédito poderão totalizar R\$ 187,971 milhões. Da despesa, foi apresentada a de pessoal, de R\$ 3,474 bilhões, além das despesas correntes de R\$ 2,507 bilhões. Os investimentos poderão somar R\$ 589,206 milhões; as inversões financeiras poderão chegar a R\$ 114,729 milhões; e a amortização da dívida projetada será de R\$ 185,517 milhões.

A obras inclusas no projeto da LDO somam R\$ 368,748 milhões. Cerca de 90% desse valor

previsto contempla demandas levantadas pelo Orçamento Participativo (OP), o que corresponde a cerca de R\$ 315,761 milhões.

De acordo com a prefeitura, o texto se enquadra com o atual quadro das finanças municipais e prevê austeridade nos gastos, atendimento aos serviços prestados à população, continuidade dos investimentos e busca de novas fontes de financiamento, como convênios e operações de crédito. Após ajustes finais, o projeto da LDO será entregue ao Poder Legislativo para apreciação na Comissão de Economia e Finanças e posterior votação em plenário.